

Secretaria Municipal de Administração

# PROJETO DE LEI Nº 2.080/2017

**Súmula:** "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e dá outras providências".

**Art. 1°.** Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1°, inciso III da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento geral vigente, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme especificado nesta Lei.

**Art. 2°.** Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral vigente, as Naturezas de Despesa no Programa de Trabalho abaixo especificado:

ORGÃO: 30-COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO

UNIDADE: 01 -ADMINISTRAÇÃO GERAL

FUNCIONAL: 04.122.0013.2061 -MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

**COLETIVO MUNICIPAL** 

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 3.000.000.00

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
3390390000	0323	1.001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	3.000.000,00

**Art. 3°.** Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

ORGÃO: 04-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO UNIDADE: 01 - GABINETE DO PROCURADOR - PGM FUNCIONAL: 04.122.0002.2003 -SERVIÇOS JURÍDICOS

TIPO ALTERAÇÃO: Anulação

TOTAL: 550.811.30

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração			
3390910000	0019	1.000	SENTENÇAS JUDICIAIS	550.811,30			

ORGÃO: 21-ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO UNIDADE: 01 -ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO



Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.080/2017 pág. 2/2

FUNCIONAL: 28.846.0002.2049 -RESERVA DE CONTINGÊNCIA

TIPO ALTERAÇÃO: Anulação

TOTAL: 2.449.188,70

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
999900000	0255	1.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.449.188,70

**Art. 4º.** Os valores que trata esta Lei, não serão computados para efeitos do art. 5º da Lei Municipal n.º 3.074 de 27/12/2016.

**Art. 5°.** Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 anexo I, e Plano Plurianual anexo II, em valores iguais aos desta lei, no Órgão, Programa e Projetos/Atividades respectivos, nos termos do artigo 166 § 3°, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 10 de novembro de 2017.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária

Processo nº 12528/2017



Secretaria Municipal de Administração

Ofício Gabinete nº 390/2017

Araucária, 10 de novembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

**Assunto:** Projeto de Lei 2.080/2017 – "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e dá outras providências."

## Senhor Presidente:

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação o **Projeto de Lei nº 2.080/2017**, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

O Crédito Adicional Suplementar ora proposto se faz necessário para a suplementação da dotação destinada a manutenção dos Serviços de Transporte Coletivo até o final do exercício de 2017.

Cumpre esclarecer que o crédito visa cobrir o desequilíbrio financeiro decorrente de exonerações que ainda ocorrerão no exercício de 2017, as quais não estavam previstas no planejamento orçamentário e financeiro da CMTC. Para suprir tal desequilíbrio imprescindível a suplementação da interferência financeira.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais Vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, em caráter de urgência, na forma estabelecida no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Araucária.

O regime de urgência se justifica haja vista que os recursos apontados na fonte 1001 (interferência financeira) se tornaram insuficientes para a manutenção dos serviços de transporte coletivo até o final do exercício 2017 (dotação: 3.3.90.39). Desse modo, o reforço orçamentário e financeiro entabulado caracteriza o interesse público no cumprimento das obrigações relacionadas a prestação do serviço público do transporte coletivo.



Secretaria Municipal de Administração

Ofício nº 390/2017 - pág. 2/2

De igual forma, a urgência se justifica para o cumprimento dos prazos estabelecidos no Decreto nº 31.453/2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados e documentos a serem apresentados para o encerramento do exercício financeiro de 2017. Assim, o pedido de abertura de crédito adicional suplementar esta respaldado pelo art. 9º do mesmo Decreto em decorrência das obrigações relacionadas às rescisões de contratos de trabalho.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária

Processo nº 12528/2017